



UNICID
Universidade
Cidade de S. Paulo

Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa

Produto Educacional

Mestrado em Formação de Gestores Educacionais

INTERVEN-CPA – FORMAÇÃO PARA A COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO

Márcio Augusto A. de Pinho

Profª Drª Sandra Ferreira

2024

INTERVEN-CPA – FORMAÇÃO PARA A COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO

Esse projeto busca contribuir na superação do desconhecimento da Comissão Própria de Avaliação por parte dos estudantes, e para melhor aperfeiçoamento dos processos de avaliação, através da capacitação dos profissionais envolvidos fornecendo-lhes conhecimentos e habilidades para realizar avaliações mais precisas e eficientes, além disso, o projeto busca fomentar a cultura de avaliação na Instituição, sensibilizando os profissionais para a importância desse processo e incentivando a participação ativa de todos. Um dos benefícios do projeto é o aprimoramento das competências técnicas e comportamentais dos membros da comissão, resultando em uma avaliação mais precisa e eficiente.

O projeto também contribui para que os profissionais sejam capacitados e tenham condições de identificar oportunidades e melhorias, propondo soluções adequadas para cada situação. Também promove a valorização dos profissionais reconhecendo a importância do seu trabalho para o sucesso da Instituição.

A metodologia do projeto possui três etapas principais, sendo identificação de necessidades – onde é feita a identificação das necessidades de formação da Comissão Permanente de Avaliação por meio de entrevistas com os membros e análise dos resultados; desenho do programa de formação – definindo os conteúdos e metodologias mais adequadas para atender às demandas; e implementação do programa – a realização das atividades previstas e o acompanhamento dos resultados obtidos.

Com a implementação do projeto INTERVEN-CPA - Formação para Comissão Permanente de Avaliação, será possível observar uma significativa melhora nos processos de avaliação da Instituição. Como possíveis resultados pode-se obter a redução dos índices de retrabalho e aprimoramento das metodologias. É recomendável que sejam realizadas avaliações periódicas que identifique novas demandas de formação e verificação dos resultados obtidos.

O Projeto INTERVEN-CPA - Formação para Comissão Permanente de Avaliação é uma excelente iniciativa para aprimorar continuamente os processos de avaliação na Instituição. Com a Implantação deste projeto, os profissionais envolvidos poderão se capacitar e aprimorar suas habilidades, o que contribui para a excelência das atividades realizadas pela comissão. É de primordial importância o comprometimento de todos os envolvidos para que o projeto seja bem-sucedido.

Justificativa

Percebe-se um número muito baixo de participação de discentes aptos a participarem da pesquisa e inicialmente as hipóteses levantadas sobre a baixa participação são as formas de aplicação bem como as formas de mobilização deste grupo a participar da pesquisa.

A contribuição social deste modelo de formação é colaborar para a promoção da autoavaliação institucional que busca pela qualidade na educação, a serviço de um projeto democrático de escola. Que seja desenvolvida por meio de um processo duradouro e em constante atualização, tendo em vista as necessidades da escola.

O objetivo principal desta formação, portanto, é o de contribuir principalmente para a disseminação da importância da Autoavaliação como instrumento na Gestão Escolar, diminuindo de forma considerável o desconhecimento dos estudantes sobre a CPA.

Só é possível planejar de forma alinhada às expectativas da escola quando se possui informações disponíveis sobre ela. Porém, não existe uma avaliação interna sistemática dos processos de trabalho que nela existam, uma vez que elas funcionam independentemente de seu êxito.

Pela percepção de Brandalise (2010) a análise dos resultados das avaliações pode ser um indicativo da realidade complexa que é a unidade escolar analisada, mas não dá a possibilidade de sua compreensão global, pois nela estão inseridos diversos aspectos que fazem parte do cotidiano escolar, porém nem sempre uma autoavaliação consegue abranger todos os envolvidos no processo.

Instituições particulares, e não somente na área da educação, se interrogam constantemente sobre o seu funcionamento. Na educação, tal ação nem sempre é valorizada, sendo muitas vezes desconhecida nos estabelecimentos de ensino. De acordo com Nóvoa (1999) isso é trabalhar 'às cegas', sem se ter um *feedback* sobre a gerência.

Deste modo, propõe-se neste projeto de intervenção a preparação de um curso de formação para os componentes da CPA, no intuito de seus participantes estarem preparados para modificarem a estrutura de Autoavaliação a partir dos pontos observados nesta Pesquisa Documental.

Os resultados devem atender os princípios fundamentais que orientam a gestão escolar democrática, ou seja, a descentralização, a participação e a autonomia, tendo uma proposta efetiva que atenda a três aspectos: o de natureza operacional (que busca apontar soluções para os problemas diagnosticados); o de caráter social (que reconhece a relevância social da escola e propõe encaminhamentos coerentes com a realidade); e o de caráter político (que entende o

processo educacional como formativo, pleiteando uma formação democrática para um ambiente também democrático), conforme apresentado no PPP do *Campus* Caraguatatuba (p. 51).

Objetivos

Ampliar a disseminação da importância da Autoavaliação como instrumento na Gestão Escolar.

Fundamentação Teórica

As pesquisas na área de Autoavaliação Institucional são raras conforme apontam Síveres e Santos (2018) e Aguilar e Brandalise (2021) são escassas, bem como o próprio processo de Autoavaliação Institucional da Escola Pública. Para uma área que ainda é escassa em pesquisas, a Autoavaliação Institucional se mostra um grande aliado dos gestores no processo de tomada de decisões baseada nos anseios da comunidade escolar. Vale ressaltar que as melhorias sugeridas têm o objetivo de melhorar a qualidade do ensino de tal instituição.

Grande parte dos pesquisadores que desenvolveram esta temática, consideram que o processo de transformação educacional alcança três grandes fases, sendo inicial, realização e continuidade ou institucionalização. Os autores pesquisados destacaram que não existe um modelo de autoavaliação pronto, pois cada instituição deve fazê-la de acordo com sua realidade, mas estas fases são necessárias em todos os processos. Síveres e Santos (2018) afirma que o início compreende desde a escolha de incorporar ou continuar uma mudança na condução deste processo. A implementação, por sua vez, se refere ao ato de colocar em prática uma ideia ou um programa de avaliação institucional em suas primeiras experiências. Já a institucionalização é o andamento deste processo de avaliação, ou seja, torná-lo rotina no ambiente escolar. Estas são situações não lineares muito menos independentes – uma acaba influenciando e modificando outra.

Indica-se a implementação da autoavaliação nas instituições de ensino, pois se percebe que nos *campi* das Instituições de Ensino Federais, a autoavaliação institucional se tornou rotina e é ela que orienta todo o trabalho gestor de cada instituição, levando em consideração a realidade de cada *campus*.

Síveres e Santos (2018) utilizando dois termos em sua pesquisa – a reestruturação e reculturação. Quando se reestrutura, se utiliza apenas a fala de alguns para mudar a realidade, mas na recultura ocorre a mudança de ideias, crenças e hábitos de grupo, sendo mais conflituoso e não fruto de uma definição superior. Deste modo, é necessário que ocorra uma reculturação dos

agentes de transformação, exigindo que estes possam captar o significado da mudança, de modo a alterar os seus comportamentos e suas crenças.

É necessário, também, conforme Síveres e Santos (2018) destacam, a parceria com a comunidade, principalmente por intermédio do conselho escolar, uma vez que em todas as escolas em que se observaram melhoras notórias, a parceria das instituições de ensino com os pais foi primordial.

A Gestão Escolar e o trabalho em conjunto, a participação, o apoio e a liderança da gestão da escola são aspectos essenciais para a efetivação da avaliação institucional, porém, muitos os estudos analisados por Síveres e Santos (2018) entendem que o envolvimento e o apoio da alta gestão foram fundamentais para que a proposta de avaliação seja obtida.

Estudo realizado por Síveres e Santos (2018) em sua pesquisa, evidenciaram alguns fatores que podem prejudicar os resultados da autoavaliação escolar: uma leitura/escrita pouco eficiente dos familiares e a pouca esperança que os gestores têm na participação dos pais, atrapalham e prejudicam o processo de avaliação institucional realizado pelas escolas. Além disso, quando ocorre a participação dos pais, Síveres e Santos (2018) destacam que ela se restringe a apenas responder aos questionários enviados pela escola, como se fosse uma pesquisa de satisfação, mas quando ocorrem os processos de decisão, os pais não são envolvidos.

Ainda se destacou nas pesquisas de Síveres e Santos (2018) que os pais não compreendem a escola como bem público; que a maior parte dos membros do Conselho Escolar são os profissionais da própria escola, o que promove a exclusão dos alunos e pais. Percebeu-se também a dificuldade dos horários de funcionamento dos órgãos colegiados que impossibilitam as famílias de participarem; a falta de envolvimento dos professores; o pensamento por parte da escola de que os pais não se interessam pela vida escolar dos filhos; o fato de se restringir a participação dos pais na execução de tarefas, sem ter parte na tomada de decisões.

Síveres e Santos (2018) ainda destacam a questão de poder que envolve a relação dos profissionais docentes com os demais membros da comunidade escolar, uma vez que o coletivo da escola é erroneamente entendido como sendo apenas composto pela direção e pelos professores. Ainda há um pensamento equivocado que somente os professores têm noção dos instrumentos que compõem a avaliação, então avaliar ficaria apenas sendo uma tarefa deles, dando um poder maior diante dos demais membros da comunidade escolar.

Síveres e Santos (2018) indicam que vários foram os benefícios proporcionados pela efetivação da avaliação institucional, seja para a escola em si quanto para a comunidade escolar. Destacam-se na instituição, um trabalho coletivo eficiente, maior participação da comunidade

escolar, a consolidação dos órgãos colegiados da escola, melhoria da formação continuada. Para os sujeitos, os autores enfatizam a mudança na concepção de avaliação, principalmente. As mudanças foram qualificadas em cinco eixos: negociação, trabalho coletivo, Gestão Escolar Democrática, concepções e usos da avaliação, e relações na escola e destacam as principais mudanças obtidas em cada eixo, conforme a Tabela 6 apresenta.

Tabela 6: Ganhos proporcionados pela implementação da avaliação institucional

EIXO	ASPECTOS OBSERVADOS
Trabalho coletivo	<ul style="list-style-type: none"> • Superação da falta de trabalho coletivo • Identificação coletiva das prioridades
Negociação	<ul style="list-style-type: none"> • Negociação na escola • Negociação da escola junto ao órgão central • Diálogo da escola com o órgão central
Gestão democrática	<ul style="list-style-type: none"> • Maior participação na escola • Fortalecimento de colegiados como o Conselho Escolar e o grêmio estudantil • Fortalecimento dos atores da escola • Compartilhamento de poder • Fortalecimento da gestão democrática
Concepções e Usos da avaliação	<ul style="list-style-type: none"> • Alteração da concepção de avaliação • Sentido formativo da avaliação • Melhora na compreensão dos resultados das avaliações externas • Diagnóstico dos problemas • Elaboração ou revisão do PPP de forma participativa • Propiciação ou melhora da formação continuada • Tomada de decisão dos gestores
Relações na escola	<ul style="list-style-type: none"> • Melhora na relação professor-aluno • Melhora no clima institucional

Fonte: Síveres, Santos, 2018, p. 245

A avaliação institucional proporciona à gestão escolar elementos para diagnóstico e para a tomada de decisões organizacionais, conforme salienta Souza (2018). Deste modo, a autora enfatiza a importância de a avaliação envolver ações orientadas a partir dos quatro pontos destacados abaixo:

1 – Realizar a análise dos resultados obtidos pela escola e em que áreas existem maiores dificuldades e facilidades em tangê-los, com o objetivo de superar as limitações e reforços os aspectos positivos;

2 - Tomar decisões pautadas em informações fidedignas;

3 - Demonstrar a responsabilidade social da escola, prestando contas à comunidade de modo transparente e respeitando sua atuação;

4 - Criar a cultura da aplicação da pesquisa-ação, ou seja, ação, observação, registro-reflexão e reorganização.

A autoavaliação é condição imprescindível para o desenvolvimento institucional escolar e melhoria da qualidade no exercício de sua função social e assim o processo de avaliação é indispensável para promover a melhoria da gestão, uma vez que a avaliação contribui para o processo de reversão de práticas cujos resultados não foram atingidos os objetivos propostos (SOUZA, 2018).

Porém, há que se destacar que não se pode pensar em um modelo único de avaliação para todas as instituições escolares, uma vez que neste processo e para que ele ganhe significado e responda aos projetos pedagógicos realizados conjuntamente com a comunidade escolar. (SOUZA, 2018) Deste modo, entende-se que não é apropriado o desenvolvimento de “modelos” de avaliação institucional, porém, existe a possibilidade de se apoiar em referenciais para a construção de uma autoavaliação única. Souza (2018) ao realizar suas pesquisas bibliográficas, constatou que existe uma escassez de ferramentas sobre esta temática.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Sandra Ferreira. Autoavaliação da escola: reflexões. Curso De Formação Sindical: “Avaliação Escolar”. Disponível em: <https://www.sinpeem.com.br/sites/arquivos/downloads/autoavaliacaodaescola25042012sandra.pdf> Acesso em 23 ago. 2023.

AGUIAR, Alessandra Aparecida Carvalho. Avaliação externa e Gestão Pedagógica: o caso da Escola Estadual Prefeito Maurício de Azevedo' 24/09/2020 130 f. Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública Instituição de Ensino: Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFJF. Disponível em: <http://mestrado.caedufjf.net/wp-content/uploads/2020/11/Alessandra-Vers%C3%A3o-revisada.pdf>. Acesso em: 20 out 2022.

AGUILAR, E. T.; BRANDALISE, M A T. Autoavaliação institucional da escola: análise da produção acadêmica no período 2005-2021. BrazilianJournalofDevelopment, Curitiba, v.8, n.7, p.49252-49271, jul., 2022. Disponível em: brazilianjournals.com.br. Acesso em: 20 out 2022.

ALENCAR, Beatriz Carneiro, et al. Autoavaliação Institucional na Educação Básica: Limites e Possibilidades. Escola em tempos de conexões 10.46943/VII.CONEDU.2021.01.098 Volume I. Disponível em: [TRABALHO_EV150_MD7_SA100_ID2746_01112021235954.pdf](http://trabalho_ev150_md7_sa100_id2746_01112021235954.pdf) (editorarealize.com.br). Acesso em 04 jan. 2023.

ANDRÉ, Marli. Questões sobre os fins e sobre os métodos de pesquisa em Educação. Revista Eletrônica de Educação. São Carlos, SP: UFSCAR, v.1, nº. 1, p. 119-131, set. 2007.

ARGOLLO, Rivailda Silveira Nunes de. Autoavaliação institucional na Rede Federal de Educação Tecnológica: análise da implementação do SIN AES. 2010. 193f.:il.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARREYRO, G.; ROTHEN, J. C. SINAES contraditórios: considerações sobre a elaboração e implantação do sistema nacional de avaliação da educação superior. Educação & Sociedade, Campinas, v.27, n.96, p.955-977, 2006.

BELLONI, Isaura. Metodologia de avaliação em políticas públicas: uma experiência em educação profissional. 2. ed. ± São Paulo, Cortez, 2001.

BRANDALISE. Mary Ângela Teixeira. Autoavaliação de escolas: alinhando sentidos, produzindo significados. Ponta Grossa, PR: UEPG, 2010.

BRANDÃO, Z. Diálogo com Anísio Teixeira sobre a escola brasileira. R. bras. Est. pedag., Brasília, v. 80, n. 194, p. 95-101, jan./abr. 1999.

BRASIL. Constituição Federal. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 mai. 2022.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996, art.14-I. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 30 mai. 2022.

BRASIL. GOV. Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados/2022> Acesso em: 25 ago. 2023.

BRASIL. GOV. Lei nº 9.131/1995. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9131.htm Acesso em 29 fev. 2024.

BRASIL. GOV. Lei nº 11.892/2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm Acesso em 01 mar. 2024.

BRASIL. GOV. Plano Nacional de Educação. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm Acesso em 29 fev. 2024.

BRASIL. GOV. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.861.htm Acesso em 29 fev. 2024.

CARAGUA, Prefeitura Municipal de. IFSP Caraguatatuba é a primeira Instituição Federal de Ensino do Litoral Norte a investir em energia renovável. Disponível em: <https://www.caraguatatuba.sp.gov.br/pmc/2022/10/ifsp-caraguatatuba-e-a-primeira-instituicao-federal-de-ensino-do-litoral-norte-a-investir-em-energia-renovavel/> Acesso em 30 nov. 2023.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.

CELLARD, André. A análise documental. Tradução por Ana Cristina Nasser. In: POUPART, Jean et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

DAVI, Juliana Nunes. A Gestão como um Caminho para a Melhoria do Desempenho Escolar: O Caso da Escola Estadual Melo Viana no Contexto da Superintendência Regional de Ensino de Monte Carmelo/MG. 07/01/2020 201 f. Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública Instituição de Ensino: Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFJF. Disponível em: http://mestrado.caeduffj.net/wp-content/uploads/2020/03/Juliana-Nunes_07_01_2020.pdf. Acesso em 20 out. 2020.

ECHER, Isabel Cristina. A revisão de Literatura na Construção do Trabalho Científico. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rgenf/article/view/4365/2324> Acesso em 28 ago. 2023.

ECONOMIA. Desemprego no Brasil cai para média de 9,3% em 2022, o menor patamar desde 2015, aponta IBGE. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/02/28/brasil-encerra-2022-com-taxa-de-desemprego-media-de-93percent.ghtml> Acesso em 10 set. 2023.

EDUCAÇÃO. Saraiva, Descomplicando o Plano de Desenvolvimento Institucional: um guia para as IES. Disponível em: <https://blog.saraivaeducacao.com.br/plano-de-desenvolvimento-institucional/> Acesso em: 20 ago. 2023.

EDUCAÇÃO, Ministério da. Relatório de Autoavaliação Institucional. Exercício 2022, *campus* Caraguatatuba. Disponível em: [file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/Relat%C3%B3rio%20CPA%202022%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/Relat%C3%B3rio%20CPA%202022%20(1).pdf) Acesso em 04 mar. 2024.

FERNANDES, Maria Estrela Araújo. Progestão: como desenvolver a avaliação institucional na escola? Módulo IX, Brasília: CONSED, 2001.

FERNANDES, William Leal Colaço; BRUN, Sergio Adelar. Autoavaliação Institucional como Ferramenta de Apoio à Gestão Universitária: O Caso da Universidade Federal do Paraná. Revista Práticas em Gestão Pública Universitária, ano 3, v. 3, n. 1, jan.-jun. 2019. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/pgpu/article/view/23536/15367>. Acesso em: 22 dez 2022.

FILHO, Lourenço. Organização e Administração Escolar: curso básico/Manoel Bergström Lourenço Filho. 8ª ed. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

GADOTTI, Moacir (Org.). Perspectivas atuais da educação Porto Alegre: ARTMED, 2000.

GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa nas ciências sociais. 8ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOV. DECRETOS. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=5773&ano=2006&ato=453UTTU50MRpWT4ac> Acesso em 20 ago. 2023.

HARTWIG, Nathalia Lange. A imprensa musical como patrimônio cultural e a sua importância como

fonte de pesquisa. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/22322/1/2018_NathaliaLangeHartwig_tcc.pdf Acesso em 24 ago 2023.

HOFFMANN, Jussara. Avaliar para promover: as setas do caminho. 3ª ed. Porto Alegre: mediação, 2002.

IBGE. Caraguatatuba. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/caraguatatuba/historico>. Acesso em: 26 ago. 2023.

INEP. Relatório de Gestão de Exercícios 2015. Disponível em: https://download.inep.gov.br/download/inep/relatorio_gestao_2015_versao_30.03.16.pdf Acesso em 26 ago. 2023.

LIBÂNEO, J. C. Formação de Professores e Didática para Desenvolvimento Humano. *Educação & Realidade*, 40(2). 2015 Recuperado de <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/46132>

LIBÂNEO, J. C. Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática. 5. Ed. Goiânia, 2004.

LIBÂNEO, J. C. O sistema de organização e gestão da escola In: LIBÂNEO, José Carlos. Organização e Gestão da Escola - teoria e prática. 4ª ed. Goiânia: Alternativa, 2001. Disponível em: www.faal.com.br/arquivos/complm/Semana2Texto4.pdf. Acesso em 20 dez 2022.

LIBÂNEO, J. C. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização/ José Carlos Libâneo, João Ferreira de Oliveira, Mirza Seabra Toschi – 10ª Ed. Ver. E ampl. São Paulo: Cortez, 2012.

LIBÂNEO, J. C. Escola pública brasileira, um sonho frustrado: falharam as escolas ou as políticas educacionais? PUC/SP, 2011.

LUCK, Heloísa. Dimensões de gestão escolar e suas competências. Curitiba: Editora Positivo, 2008.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo, EPU, 1986.

”

MAIA, P.B.; COSTA, A. de T. M. Projeto político-pedagógico. Curitiba/PR: IBPEX, 2011.

MARQUES, Miriam Castro. Potencialidades e limites da autoavaliação na gestão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – Câmpus Belém. 2018. 133 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Formação de Gestores Educacionais) – Universidade Cidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

MARTINS, Angela Maria; NOVAES, Adelina. Acompanhamento na formação de gestores educacionais em mestrado profissional: metáforas circulantes nos discursos dos estudantes. In: PASSARELLI, Lílian Ghiuri (Org). Formando formadores para a escola básica do século XXI: relatos de pesquisa. Campinas, SP: Pontes Editora, 2017, p. 35-51.

MARTINS, Angela Maria; BRAVO, Maria Helena de Aguiar; OLIVEIRA, Rosimeire Souza de. Relações de convivência, conflito, indisciplina e violência em escolas públicas: análise de um programa de governo. Curitiba: Appris, 2018.

MARTINS LIMA, Marcos Antonio et al. Responsabilidade Social Universitária sob a Ótica da Autoavaliação de um Instituto Federal de Educação. Regae - Revista de Gestão e Avaliação Educacional. vol. 9, núm. 18, 2020, pp. 1-16. Disponível em: www.redalyc.org/journal/4718/471864018025/471864018025.pdf. Acesso em 22 jan 2023.

MEC. Portal do, INSTITUTOS FEDERAIS, comentários e reflexões. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=3753-lei-11892-08-if-comentadafinal&category_slug=marco-2010-pdf&Itemid=30192 . Acesso em: 20 ago 2023.

MONTEIRO, G. T. M. A Avaliação dos impactos sociais dos programas de governo. In: Congresso Internacional Del Clad sobre La Reforma Del Estado y de la Administración Pública, 7. , 2002, Lisboa. Anais... Lisboa, Portugal, 2002.

NAVAJA, Ana Maria. Avaliação institucional: uma visão crítica. São Paulo: Inimarco, 1998.

NÓVOA, António. Os professores na virada do milênio: do excesso dos discursos à pobreza das práticas. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 25, n. 01, p. 11-20, jan./jun. 1999.

OLIVEIRA, Cleide. Avaliação Institucional na Educação Básica: Limitações e Possibilidades. III CONAVE. 2014. Bauru – São Paulo. Disponível em: <https://sgcd.fc.unesp.br/Home/conave3/cleide-pereira.pdf>. Acesso em: 22 dez 2022.

OLIVEIRA, M. M. Como fazer pesquisa qualitativa. Petrópolis, Vozes, 2007.

PACHECO, J. A. Inovar para mudar a escola Porto: Porto Editora, 2019.

PARO, Vitor Henrique. Administração Escolar: introdução crítica. 14ª. Edição. São Paulo: Cortez, 2007.

PARO, Vitor Henrique. A educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor da escola. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/z3kMwmdfKMTGM6pb6ZKzXjt/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 30 nov. 2023.

PIO, João Paulo de Sousa. Expectativas sobre a gestão escolar participativa: o caso da Escola de Ensino Médio em Tempo Integral Tabela José Pinto Quezado. 18/12/2020 280 f. Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública Instituição de Ensino: Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFJF. Disponível em: <http://mestrado.caedufjf.net/wp-content/uploads/2021/03/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Jo%C3%A3o-Paulo-revisada-1-sem-coment%C3%A1rios-VERS%C3%83O-FINAL.pdf>. Acesso em: 20 out. 2022.

REIS; Cisne Zélia Teixeira; SILVEIRA, Suely de Fátima Ramos; FERREIRA, Marco Aurélio Marques. Autoavaliação em uma instituição federal de ensino superior: resultados e implicações. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772010000300006>. Acesso em: 20 out 2022.

RICHARDSON, Roberto J. et al. Pesquisa Social: métodos e técnicas. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, Andrea Maria Rocha. Avaliação institucional nas escolas públicas de Fortaleza-CE avanços e desafios. 2010. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/3339/1/2009_Dis_AMR%20Rodrigues.pdf. Acesso em: 20 out. 2022.

SACRISTÂN, G.J. O currículo: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SANDER, B. Gestão da educação na América Latina. Construção e reconstrução do conhecimento. Campinas, SP. Autores Associados, 1995.

SANDER, B. A pesquisa sobre política e gestão da educação no Brasil: uma leitura introdutória sobre sua construção. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação. V. 23, nº 03, p. 421-447, Set/Dez, 2007.

SANTOS, Celia Regina Alves Dias da Gestão Escolar e Avaliação em Larga Escala: desafios para o desempenho de estudantes em uma escola da rede municipal de ensino de São Luís' 03/12/2021 156 f. Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública Instituição de Ensino: Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFJF. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/13997>. Acesso em 20 out 2022.

SÃO PAULO, Instituto Federal de São Paulo. *Campus* Caraguatatuba. RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2019. Disponível em: https://www.ifspcaraguatatuba.edu.br/images/conteudo/Relatorio_Gestao_IFSP-CAR_2019.pdf. Acesso em 20 dez 2022.

SÃO PAULO. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP. *Campus* Caraguatatuba. Projeto Político Pedagógico *Campus* Caraguatatuba. 2015. Disponível em: https://www.ifspcaraguatatuba.edu.br/images/conteudo/Projeto_Politico_Pedagogico_2015_-_2019.pdf. Acesso em: 03 dez 2022.

SÃO PAULO, Instituto Federal de São Paulo. *Campus* Caraguatatuba. RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL EXERCÍCIO 2020. Disponível em: <https://www.ifspcaraguatatuba.edu.br/images/Relat%C3%B3rio-CPA-Caraguatatuba-2020.pdf> Acesso em: 25 ago. 2023.

SÃO PAULO, Instituto Federal de São Paulo. *Campus* Caraguatatuba. RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL EXERCÍCIO 2021. Disponível em: <https://www.ifspcaraguatatuba.edu.br/images/conteudo/Comissoes/cpa/relatorio-da-cpa-caraguatatuba-exercicio-2021.pdf> Acesso em: 25 ago. 2023.

SÃO PAULO, Instituto Federal de São Paulo. *Campus* Caraguatatuba. RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL EXERCÍCIO 2022. Disponível em: <https://www.ifspcaraguatatuba.edu.br/images/conteudo/Comissoes/cpa/relatorio-da-cpa-caraguatatuba-exercicio-2022.pdf> Acesso em 25 ago. 2023.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa

documental: pistas teóricas e metodológicas. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais. Ano I - Número I - Julho de 2009. Disponível em: [Vista do Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas \(furg.br\)](http://www.furg.br). Acesso em 20 dez 2022.

SCAMPINI, Paola. Capítulo 4 Método. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/15483/15483_5.PDF Acesso em 24 ago 2023.

SILVA, Ângela Maria Ferreira da. A experiência de autoavaliação institucional da Escola Municipal Professor Ascendino Henriques de Almeida Júnior / Angela Maria Ferreira da Silva. - Natal, 2018. 121f.: il. Disponível em: [AngelaMariaFerreiraDaSilva_DISSERT.pdf](http://www.ufrn.br/AngelaMariaFerreiraDaSilva_DISSERT.pdf) (ufrn.br). Acesso em: 20 dez 2022.

SILVA, Marise Borba da. Introdução a pesquisa em educação. Florianópolis: UDESC, 2002.

SILVA, Márcia Girlene e; SOUZA, Bernardina Santos Araújo de. Gestão Escolar Democrática na EPT: O que revelam os documentos sobre a participação de Egressos e Egressas na vida Institucional? Política e Gestão Educacional. 2021. Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/editora/anais/epepe/2021/TRABALHO_EV167_MD1_SA108_ID806_09102021085206.pdf. Acesso em 22 jan 2023.

SÍVERES, L.; SANTOS, J. R. S.. Avaliação Institucional na Educação Básica: Os Desafios da Implementação. Est. Aval. Educ., São Paulo, v. 29, n. 70, p. 222-253, jan./abr. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18222/eae.v29i70.5075>. Acesso em 20 dez 2022.

SOUZA, Ângelo R. et al. 2005. Gestão e Avaliação da Escola Pública. I: Gestão Escolar Democrática da Escola Pública. Curitiba: Editora UFPR.2005.

SOUZA, Milene Santos Coelho de Autoavaliação Institucional: proposta para implantação em uma escola pública de educação básica. Milene Santos Coelho de Souza /. Caçador SC. EdUNIARP: 2018. 115f. Disponível em: <https://acervo.uniarp.edu.br/?p=981>. Acesso em: 20 dez 2022.

UFPA. Projeto Pedagógico Institucional. Disponível em: https://www.cpa.ufpa.br/images/cpa/orientacoes_sinaes.pdf Acesso em 26 ago. 2023.

ZABALZA, M.A. Os dez aspectos-chaves de uma educação infantil de qualidade. In: ZABALZA, M.A. Qualidade em educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 1998.

ZERBATO, Ana Paula; VILARONGA, Carla Ariela Rios; SANTOS, Jessica Rodrigues. Atendimento Educacional Especializado nos Institutos Federais: Reflexões sobre a Atuação do Professor de Educação Especial. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/nccRhD3yhzFM8HwjGjvYCdv/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 04 set. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA. Núcleo de Projetos da Comissão Própria de Avaliação. PROGRAMA DE BOLSA DE ESTÁGIO - NÚCLEO DE PROJETOS DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA/UFPB. Disponível em: <https://www.ufpb.br/cpa/contents/noticias/selecao-de-projetos-para-o-nucleo-de-projetos-da-comissao-propria-de-avaliacao-da-ufpb/edital-para-selecao-de-projetos-2017.pdf>. Acesso em: 15 jan 2023.

Humanitas Faculdade de Ciências Médicas de São José dos Campos Projeto da Comissão Própria de Avaliação - CPA / Editores Luiz Antônio Vane; Djalma Rabelo Ricardo; Plínio dos Santos Ramos; Rinaldo Henrique Aguilhar da Silva. – São José dos Campos: Humanitas Faculdade de Ciências Médicas de São José dos Campos, 2016. Disponível em: <https://www.humanitas.edu.br/cpa.pdf>. Acesso em: 15 jan 2023.